

Devagar, professores voltam às aulas

Algumas universidades e institutos voltam a funcionar e ministro considera encerrada temporada de negociação

As negociações entre o governo e os professores universitários nem greve há 90 dias estão encerradas, anunciou ontem o ministro da Educação, Paulo Renato Souza. "Eles perderam a oportunidade do acordo, não há mais tempo", afirmou durante seminário sobre Educação e Desenvolvimento promovido pela Fundação Getúlio Vargas, no Rio. O ministro nem precisava ser tão taxativo. Aos poucos, professores de algumas universidades ou institutos ligados a elas vão retornando às salas de aula.

A Universidade Federal de São Carlos voltou a funcionar ontem. Na UFMG, houve confusão entre grevistas e partidários do retorno ao trabalho. Algumas unidades devem abrir hoje ou segunda-feira, como o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Paulo Bahia, um dos encarregados de divulgar o resultado da assembleia no instituto, no qual trabalharam mais de cem professores, atribuiu a decisão no impasse entre o comando de greve e o MEC. "Há uma disputa política entre o PSTU, no qual se achem os líderes da greve, e o PSDR do ministro Paulo Renato", criticou. "Essa briga é estranha à universidade". Bahia avalia que "os prejuízos para o processo de aprendizagem dos alunos, depois de tantos dias sem aula, é irreversível".

Além de considerar encerrado o diálogo com os grevistas, o ministro Paulo Renato afirmou não ter competência para autorizar o pagamento dos salários de outubro. Em ofício enviado ao Tribunal Regional Federal ele informa que tal atribuição cabe ao Ministério do Planejamento, responsável pela folha de pagamento dos servidores públicos.

Tempo - Com isso, o governo adia por alguns dias o desembolso. A Advocacia Geral da União vai recorrer da sentença do tribunal. Outros diretores, como Paulo Renato, ele não concorda com

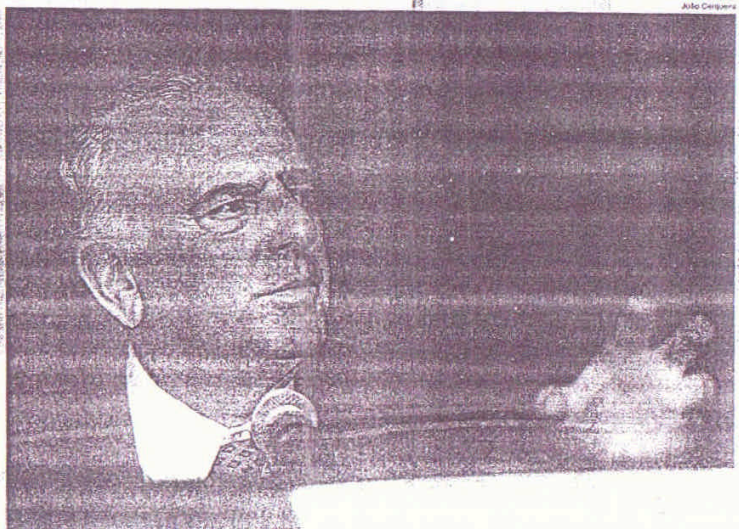
o pagamento antes de os professores voltarem ao trabalho.

O aumento de 34% na gratificação, oferecido na contraproposta do governo aos grevistas, "é o limite possível no momento", reafirmou o ministro da Educação. Reconheceu que o plano de carreira está defasado, disse ser urgente a criação de novos níveis para a progressão funcional dos docentes mais graduados, mas deixou como uma possibilidade o envio de projeto ao Congresso, talvez no ano que vem, para corrigir essas deficiências.

O semestre letivo não será cancelado, garantiu o ministro. As férias, sim. "Os únicos prejudicados com a greve são os alunos da graduação", acusou. "Até por isso sou contra a ideia de pagar os salários. Alguém tem de fazer alguma coisa pelos alunos e exigir que se volte ao trabalho". Na quarta-feira, o ministro vai se reunir com ministros para avaliar o quadro. "Podemos optar por contratações temporárias no caso de trabalhos operacionais", antecipou Paulo Renato.

Renção - Com a suspensão das negociações, a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes) vai entrar hoje com duas ações contra o ministro da Educação no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A primeira exige o pagamento de multa diária pelo não depósito do salário de outubro. A outra, pede a renovação do processo contra o ministro à Procuradoria-Geral da União. A Andes acusa Paulo Renato de crime de responsabilidade.

A guerra judicial não deve parar por aí. Até o fim da semana, os advogados dos docentes devem pedir o impedimento do ministro da Educação no Supremo Tribunal Federal (STF). Ozeim, o ministro Marco Aurélio Mello, presidente do STF, voltou a criticar o governo. "É inimaginável que uma greve de tão longo tempo assim", afirmou.



Paulo Renato diz que atingiu "o limite do possível" com reajuste de 34% na gratificação de docência, rejeitado pelos professores

Arlio Crespo